

MUNICÍPIO DE OLINDA (PE-BRASIL): PROCESSO NOS ANOS 1950 COM EFEITOS NA MORFOLOGIA URBANA ATUAL

RESUMO

Áreas rurais de municípios brasileiros podem ser entendidas como aquelas em que os poderes públicos locais estabelecem limites oficiais, separando-as do território urbano ou daquele de expansão urbana, sendo passíveis de ocupação pelo crescimento da cidade-sede ou por intermédio de fenômenos provenientes da metropolização, constituindo características da morfologia urbana, composta por várias tipologias residenciais. Enquanto isso não acontece, podem ocorrer estratégias no uso de porções das áreas rurais atrelando-as a um contexto do quadro próprio de recursos do território - que devem passar a atender políticas vinculadas a esferas superiores de poder, reveladoras da importância do papel do espaço para determinada sociedade, imbuída na formação sócio-espacial, revelando dados das esferas econômica, jurídico-política (institucional) e ideológica. Fato assim se deu com o município de Olinda, localizado, atualmente, na Região Metropolitana do Recife (RMR), quando, na década de 1950, foi instituída uma empresa, com vistas à exploração de recurso mineral do subsolo, sendo, posteriormente e no mesmo decênio, tal atividade vinculada à política do Governo Federal, influenciando na composição da morfologia urbana manifestando-se em novos traçados que se agregariam à cidade, então constituída. Nos dias atuais, o município de Olinda possui área territorial de 41,681 km² e população estimada em 390.144 habitantes (IBGE, 2016), ocorrendo, aí, ao longo de séculos, processos sociais do urbano e do rural. A partir do início do século XX, observam-se dados que apontam para o princípio da prevalência de estratégias urbanas sobre usos rurais que ganharão impulso no período da República Nova e do Estado Novo, mas sobressaindo-se nos anos 1950. Isso por causa de uma das finalidades do Plano de Metas, do Presidente Juscelino Kubitschek (JK), que atingiu o território, amainando maior impacto de produção de loteamentos urbanos. Esse decênio se vinculou a um momento de organização social do Brasil, influenciando em modos de evolução da cidade. O objetivo deste trabalho é oportunizar o conhecimento de processo ocorrido em porção da antiga área rural de Olinda, na década de 1950, no contexto da formação sócio-espacial brasileira, revelando implicações na morfologia urbana atual sobre a porção central do município. Para o desenvolvimento do trabalho, fez-se uso de metodologia que reuniu reflexões da formação sócio-espacial e da morfologia urbana, apontando-se como a História de porção da cidade de Olinda foi escrita no espaço. Como procedimentos metodológicos, realizaram-se pesquisas bibliográfica, documental e de campo. Admite-se que a configuração atual da área centro-norte do território, revela resultados do que ocorreu, sobretudo, na década de 1950, denunciando questões econômicas, político-jurídicas e ideológicas, por representarem estruturas de um momento da organização da formação sócio-espacial brasileira.

Palavras-chave: Formação sócio-espacial. Metropolização. Morfologia urbana. Olinda (PE-Brasil).

INTRODUÇÃO

Olinda detém pequena dimensão territorial em Pernambuco, pois não atinge 42 km² de área, apenas se sobressaindo para duas unidades do estado de Pernambuco (IBGE, 2015). Possui um quantitativo populacional importante de 377.779 habitantes, e que, segundo estimativa, estaria com pouco mais de 390.000 hab. (IBGE, 2016), apenas perdendo, segundo o IBGE (2010), para o Recife (1.537.704 hab. - 218,435 km²) e Jaboatão dos Guararapes (644.620 hab. - 258,694 km²).

Enquanto Jaboatão se limita com a porção sul e sudoeste do Recife, Olinda o faz com a porção norte, expressando o processo estendido sobre um espaço contínuo de diversos municípios. Olinda se situa no espaço físico construído que apresenta um *continuum*: Recife, Jaboatão dos Guararapes, Olinda, Paulista (300.466 hab.- 97,312 km²), Camaragibe (144.466 hab. - 51,257km²), cujos territórios compõem uma área total de 667,379 km², com 3.005.035 habitantes. Em nível de comparação, se for considerada a área do município de Salvador - capital do estado da Bahia e, também, uma metrópole da Região Nordeste do Brasil -, que é de 692,819km², superior àquela de municípios da RMR aqui reunidos, a capital baiana possui ainda um quantitativo inferior que é compreendido por 2.675.656 habitantes (IBGE, 2010). Se acrescentados os municípios de Abreu e Lima (94.429 hab. - 126,193 km²) e São Lourenço (102.895 hab. - 262,106 km²), que também estão no *continuum*, a população, vivendo em uma "única cidade", representou, em 2010, um total de 3.202.359 habitantes, em área de 1.055,678 km². Essa porção da RMR, constituída pelos municípios mais próximos à capital, receberia forte influência do crescimento de seus espaços urbanos pelos processos daí oriundos, ao fazê-lo se expandir.

Mas, o processo de expansão física da metrópole recifense, sobre o território municipal de Olinda, se confrontou com óbices previstos, momentaneamente, por atividade econômica de exploração mineral do subsolo, a partir da primeira metade da década de 1950, passando a atender, mais tarde, à política do Governo Federal. Assim sendo, a questão que encaminhou a pesquisa foi a seguinte: como o processo ocorrido na década de 1950 surtiu efeitos na morfologia urbana atual em parte do território municipal de Olinda?

O objetivo do trabalho é oportunizar o conhecimento de processo ocorrido em porção da antiga área rural de Olinda, na década de 1950, no contexto da formação sócio-espacial brasileira, revelando implicações na morfologia urbana atual sobre a porção central do município.

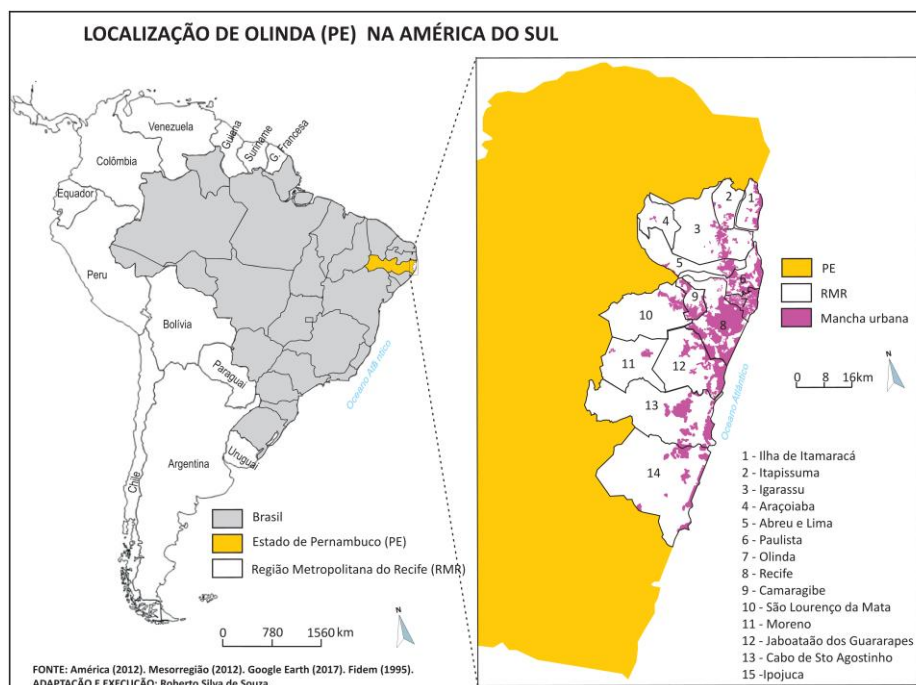
Para a consecução do artigo, foi necessária uma exposição acerca de colocações de autores que trataram da categoria Formação Econômica e Social (*Formação Sócio-Espacial*) e de outros conceitos. Os procedimentos metodológicos compreenderam, além de pesquisa bibliográfica, acesso a fontes documentais (primárias) e elaboração de mapas temáticos.

Inicialmente, são expostas algumas reflexões acerca de Olinda no contexto da metrópole recifense. Em segundo lugar, trazem-se alguns dados da *formação econômica e social à formação sócio-espacial*. Por fim, discute-se o processo ocorrido nos anos 1950 e seus efeitos em morfologia urbana atual na porção centro-norte de Olinda.

1 OLINDA NO CONTEXTO DA METRÓPOLE DO RECIFE

Para entender o crescimento do Recife sobre o território de Olinda e de outros municípios, deve-se, como sugeriu o Prof. Manuel Correia de Andrade, atentar à função regional que o núcleo desempenhou, ao comercializar, pelo seu porto, produtos agropecuários, sobressaindo-se o açúcar, o algodão, couros e peles, provenientes de outras partes da então província que, para tanto, exigira investimento em vias, como estradas e, posteriormente, ferrovias (ANDRADE, 1979).

A Figura (ao lado) localiza Olinda na RMR e esta na América do Sul, identificando a mancha da expansão física de processos locais e metropolitano. De acordo com Singer (1974) ao concluir suas análises acerca da indústria do Recife, em fins do século XIX, "[...] o



Setor do Mercado Interno de Pernambuco estava expandindo-se e diversificando com intensidade, na época em que a grande atividade do Setor do Mercado Externo - a agro-indústria açucareira - estava sofrendo transformações revolucionárias [...]" (p. 306). Ele contextualiza esse momento apontando que isso ocorria no tempo em que se observavam alterações no mercado mundial. Na última década do século XIX, o Recife, ainda segundo o mesmo autor, contava com sete bancos e uma caixa econômica, podendo ter estimulado o seu desenvolvimento industrial.

Antes da República Nova, já no século XX, houve estratégias para se modernizar bairros da cidade do Recife, realizar tratamento de esgotos, abrir vias, melhorar transportes, fazer aterros, promover drenagens de canais, bem como instituir órgão que visasse edificações de residências para população de baixo poder aquisitivo (GOMES, 2007).

Pelo que se observa, além de haver reestruturação de algumas das antigas áreas da capital, novos espaços residenciais se configuravam denunciando a expansão da futura metrópole. Se em 1920, a população do Recife atingira um total de 238.843 habitantes (IBGE, 1920), em Olinda havia 52.199 indivíduos. No final da década de 1920, conforme aponta Pontual (2001), "ao lado dos usineiros, dos fornecedores de cana, dos coronéis do interior, dos comerciantes, dos empresários industriais, da classe média urbana [...] ganha

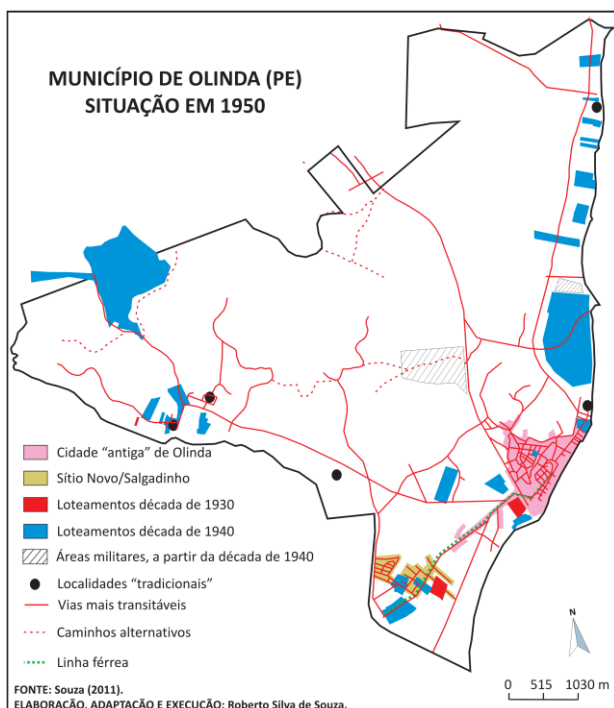
notoriedade política o proletariado urbano." (p. 31). Isso mostra o quanto a capital atraía trabalhadores cuja presença, somada àquela de outras classes, estabeleceria processos sociais, resultando em competição e conflitos "[...] pelo uso, pela apropriação e fruição da terra urbana." (p. 32). Desse modo, surgirão em seu território muitos mocambos representados pelas moradias da população pobre.

O Brasil chega à década de 1930 com o aparecimento de um "novo tipo de Estado", de certa forma liberto das antigas oligarquias (LOPEZ, 1997). Este autor identifica que estas "[...] entraram em declínio, a cidade começou a superar o campo em importância política e o progresso industrial fez aumentar a população urbana [...]" (p. 66). Andrade (1997) também concordou que houve, com esse fato histórico brasileiro, mudança no país, observando-se um desenvolvimento industrial e um crescimento urbano. Segundo Abreu (2008) de 1930 até ao início da Ditadura Militar, esse período da formação brasileira foi determinado pelo caráter de transição no que consiste à sua organização social. Tal débito se configurou pelo traço "[...] contraditório da Revolução de 1930 que, se tinha como objetivo desalojar do poder a aristocracia cafeeira, não apresentava, entretanto, nenhum outro grupo solidamente organizado que pudesse efetivamente substituí-la no poder." (p. 93). De acordo com Gomes (1998) ao trazer reflexões acerca de "Estado e oligarquias no Nordeste", enquanto um item de seu artigo, "a revolução de 30 tem sido apontada pelos estudiosos da questão como um marco na ruptura do poder oligárquico nacional, surgindo, a partir de então, um novo foco de poder: a burguesia industrial urbana." (p. 441).

Em Olinda, na primeira metade da década de 1930, surge o parcelamento urbano pioneiro, no tocante àqueles que se encontram registrados pelo poder público local. Foi no limiar dessa década que surgiram legislações municipais incidindo sobre a questão de loteamentos urbanos. Em nível nacional o governo de Getúlio Vargas cria, ainda na primeira metade da década de 1930, os Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs) que seriam "os primeiros órgãos públicos a promover a produção da habitação social no país" (BONDUKI, 2014, p. 137). Em Pernambuco, em virtude dos IAPs apresentarem uma política exclusiva, não atendendo outras classes sociais que necessitavam de habitação, foi fundada a Liga Social Contra o Mocambo (LSCM). De acordo com A Liga... (2017) o órgão buscou atender seu projeto de domicílios econômicos, tendo como critérios "[...] a) casas para fins de assistência social; b) casas para operários sindicalizados e contribuintes dos Institutos de Previdência e Caixas de Pensões do Ministério do Trabalho; c) casas para candidatos de todas as atividades profissionais." Para tanto, foram angariados fundos de diversas fontes, em prol da "Cruzada Social Contra o Mocambo". Assim, além do governo e da sociedade, se contaria com fundos das Caixas de Aposentadorias e Pensões e dos IAPs. No final da década de 1930, surgirá a legislação sobre o tema, proveniente do Estado Novo, logo, em nível nacional, devido ao ritmo de parcelamentos que ocorriam em núcleos urbanos brasileiros. No último ano do decênio (1940), Olinda registraria mais dois parcelamentos aprovados e registrados pela Prefeitura.

Em 1940, foram constatados 348.424 habitantes no Recife (IBGE, 1940) e, em Olinda, registrava-se uma queda para 36.712 habitantes, muito provavelmente, oriunda da fragmentação do território, com a criação do município do Paulista, em 1935, localizando-se ao norte. Mas, foi nessa década que surgiram vários loteamentos no litoral

olindense, por agentes sociais diversos, como consequência de uma prática de veraneio estabelecidas desde décadas anteriores, favorecida pela melhoria no transporte entre as duas cidades. Segundo Souza (2011) foram 39 parcelamentos implantados no decênio que, além daqueles da área de praias, se computou os da porção oeste e sudoeste e sul da cidade "antiga" de Olinda. Dentre eles, se encontravam: um pequeno conjunto habitacional, a "Vila dos Trabalhadores em Construção Civil" - instalado ainda na primeira metade da década -, pela LSCM; a aquisição de uma área, em 1946, pelo IAPC (Comerciários), para se prestar à efetivação de um conjunto habitacional (concretizando-se no início da década seguinte); e outra área para produção de um loteamento da Fundação da Casa Popular (FCP), cuja construção se consolidou em 1948.



A Figura (ao lado) mostra a materialização de estratégias de produção do espaço residencial, no município de Olinda, no final da década de 1940, ou seja, o ano de 1950, como resultado da metropolização que aí passara a ocorrer. Na década de 1950, o município apresentará o maior volume de produção de loteamentos, embora característica do quadro físico levasse a inserir a porção central do território no contexto econômico, político e ideológico da formação social brasileira, de meados do decênio. É sobre a *Formação Econômica e Social* (FES) (*Formação*

Sócio-Espacial) que o próximo item tratará.

Sócio-Espacial) que o próximo item tratará.

2 DA FORMAÇÃO ECONÔMICA E SOCIAL À FORMAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL

Um dos legados deixados por Marx e Engels foi a noção de *Formação Econômica e Social*. Após ser retomada pela reflexão de alguns autores, contará com ponderações do Prof. Milton Santos, na década de 1970, contribuindo para diversas pesquisas no campo da ciência geográfica, fazendo menção à inclusão da categoria espaço (SANTOS, 1977).

Ao analisar atos de Louis Bonaparte, Marx (2008 [1852]) comenta acerca de feitos de Napoleão ao engendrar, na França, circunstâncias para o desenvolvimento da livre concorrência. Além disso, verificou a exploração da propriedade territorial e o uso das forças produtivas industriais, ao eliminar as instituições feudais, fornecendo meios apropriados às estratégias da burguesia, destacando uma “nova formação social”. Esta era resultado da implantação do modo de produção capitalista que conviveria com outras relações de produção e passaria a impor regras para atingir seus objetivos. Aí ele revelou questões ligadas ao econômico, ao jurídico-político e ao ideológico, vivenciadas pela França, sobretudo no curto período analisado que se estendeu de 1848 a 1851. Para

Harnecker (1981, p. 140) sua análise mostra que “nela [na França] se encontra uma combinação de diferentes modos de produção de bens materiais: feudal, patriarcal, pequeno mercantil e capitalista.”

Sobre “O Capital”, diz-se que “[...] constitui, por excelência, uma obra de unificação interdisciplinar das ciências humanas, com vistas ao estudo multilateral de determinada formação social.” (GORENDER, 1996, p. 21). Nesse sentido, Harnecker (1981) destaca que o modo de produção é um conceito abstrato e se refere a uma totalidade social pura, “ideal” em que a produção de bens é realizada homogeneamente. Adverte que, na maioria das sociedades, essa maneira de produzir não ocorre tal como no modo de produção, pois aí – enquanto realidade concreta historicamente determinada –, é possível que haja disposição de tipos de relações de produção. As “[...] diversas relações de produção que coexistem em uma sociedade historicamente determinada não o fazem de forma anárquica nem isoladas umas das outras; uma delas ocupa uma situação dominante, impondo às demais suas próprias leis de funcionamento.” (p. 140).

Ainda no contexto das relações de produção, há o caso das nações latino-americanas com sua diversidade que compreende do “capitalismo mais desenvolvido” à economia quase autônoma de regiões, porém, talvez em todas elas, o capitalismo seja o modo dominante de produção. A existência de domínio desse modo de produção não se traduziria como inexistência de “relações pré-capitalistas de produção” (p. 141).

O Prof. Manuel Correia de Andrade, quando aborda “os sistemas de cultura, as formações econômico-sociais e os modos de produção” admoesta que “ao estudarmos a realidade em determinado país ou região, devemos dar grande importância à *formação econômico-social* que é o ‘modo de produção junto com sua superestrutura’, constituindo um todo equilibrado de existência real.” (ANDRADE, 1998, p. 243).

Segundo Harnecker (1981), a superestrutura diz respeito às instituições jurídico-políticas, ao Estado, ao direito, entre outros, bem como às “formas da consciência social”, correlacionadas à determinada infraestrutura. Por sua vez, esta infraestrutura ou base diz respeito à estrutura econômica da sociedade. Abreu (2008, p. 16) admite que “toda formação social, como todo modo de produção, compõe-se de uma estrutura econômica, uma estrutura jurídico-política (institucional) e uma estrutura ideológica.” Ele lembra que a formação social é possuidora de uma realidade concreta e impura e, por essa razão, as estruturas são, aí, mais complexas, se comparadas na situação do modo de produção, tendo, além disso, um desenvolvimento raramente sincronizado, por não se modificarem em um mesmo sentido nem com igual velocidade.

Ao retomar o pensamento de Andrade (1998), observa-se um reconhecimento de que a *formação econômico-social* se forma pela infraestrutura que é representada pelo modo de produção acompanhada das superestruturas político-sociais e ideológicas, engendradas por essa infraestrutura. O autor admite que, para a melhor compreensão dos “sistemas de cultura” (agricultura), referente à área que analisa naquele momento, deve-se dar importância a essas formações. Estas, para ele, são mais seguras porque envolvem o modo de produção dominante e os dominados, bem como resquícios dos modos de produção que foram dominantes. “Ela [a *formação econômico-social*] fornece melhor base para se ter uma compreensão total da realidade, o que não é fornecido pelo modo de produção, por resultar de posições mais teóricas. (p. 243).

Praticamente uma década após à elaboração da obra de Marta Harnecker, Santos (1977) houvera contribuído à categoria de *Formação Econômica e Social*, alegando a necessidade de sua renovação, implicando, nesse processo, a inserção do espaço. Segundo Mamigonian (1996), o enveredamento de Santos pelo marxismo se deu no final da década de 1960 para início da de 1970, enquanto uma resposta à expansão da geografia "teorética". Esse momento representou a “[...] última reaproximação entre geografia e marxismo [...]” (p. 204).

Conforme Santos (1977) a categoria parecia “[...] a mais adequada para auxiliar a formação de uma teoria válida do espaço.” (p. 81). Na verdade, ele se ressentia da minimização dada ao papel do espaço na Geografia e denunciava que ela se importava mais pela *forma* e que isso prejudicava a apreensão da *formação* das coisas. Deste modo, foi lançado o desafio: a interpretação do espaço geográfico, enquanto fator histórico – logo, social –, só seria possível atentando-se à história da sociedade mundial e da local, cuja compreensão permitiria transformá-lo em prol do homem.

Também admitiu Santos (1977) que a *Formação Econômica e Social* apontava para modos diferenciados de evolução das sociedades, destacando duas variáveis que conduziam, com maior frequência, a isso: o “quadro próprio” e “as forças externas”. Indicou a “produção” como um dado explicativo, enquanto transformadora do espaço confrontado pelo homem, de acordo com leis historicamente determinadas. Daí reconhecer se tratar, porém, de uma *Formação Econômica Social e Espacial*.

No desenvolvimento de seu pensamento em torno do primeiro item – “a categoria de formação social” –, participam do diálogo alguns autores como Emilio Sereni, a quem, segundo Santos, coube a retomada de sua discussão. Logo após, reflete em torno de “formação sócio-econômica ou formação espacial?”. No terceiro item é tratado “o papel das formas”. Por fim, destaca “espaço e totalidade”.

Quanto a “o papel das formas”, Santos (1977) evidencia que as determinações específicas que tornam uma sociedade concreta – contrapondo-se a uma sociedade geral – se fazem realidade pelo espaço e no tempo. Admite que os atributos de um lugar, tanto os naturais quanto os superpostos são passíveis de mudança. “A realização prática de um dos momentos da produção supõe um local próprio, diferente para cada processo ou fração do processo” (p. 89). Deste modo, os momentos históricos atribuem ao local uma expressão específica. Nele, e em determinado momento da história, o estabelecimento das estruturas econômica, jurídico-política (institucional) e ideológica submeter-se-á às “necessidades concretas da formação social e às características do local”. Ao evocar “formas espaciais” e “técnicas correspondentes”, assevera que cada combinação delas é a base do atributo produtivo de um espaço, sua potencialidade e limitação. Neste sentido, afirma que “a função da forma espacial depende da redistribuição, a cada momento histórico, sobre o espaço total da totalidade das funções que uma formação social é chamada a realizar.” (p. 89). Ele explica que a “redistribuição-relocalização” é fruto das heranças (espaço organizado) e do presente vinculado ao modo de produção ou de um dos seus momentos e que o movimento do espaço (sua evolução) se traduz, simultaneamente, como resultado e condição daquele da sociedade geral. Na impossibilidade de produção de novas formas ou de modificar as antigas (pela renovação) deve haver uma adaptação das determinações sociais. Assim, “são as formas que

atribuem ao conteúdo novo *provável*, ainda abstrato, a possibilidade de tornar-se conteúdo novo e real.” (p. 89) (grifo do autor).

No contexto da “forma-conteúdo”, Santos (1977) declara que ela é dada por intermédio do modo de produção pela maneira que este é realizado “na” e “pela” formação social. Isso foi colocado ao evidenciar que o valor dos objetos geográficos, em uma formação social, não deveria ser dado pelo valor próprio que lhe corresponde, no que tange ao legado de um modo de produção anterior, mas enquanto forma-conteúdo. Esta desempenha papel da função cedida à forma pelo conteúdo. A transformação desse papel se subordina e até se determina pela maneira como o modo de produção se realiza “na” e “pela” *formação social*. A evolução do espaço omite, prática e filosoficamente, qualquer obstáculo entre História e estrutura. A simultaneidade do funcionamento das estruturas da FES, em um movimento global da sociedade, se opõe às defasagens da evolução dessas estruturas, permitindo destacar processos sincrônicos e diacrônicos.

De acordo com Abreu (2008), a não sincronização das estruturas da formação social é algo que influencia no seu desenvolvimento. Ela promove significativas mudanças na organização social e na divisão social do trabalho. Novas funções poderão ser exercidas pela sociedade se ocorrer a evolução mais rápida de uma das estruturas da formação social, mesmo que não aconteça substanciais mudanças nas outras. “Com o tempo, entretanto, as contradições irão se acumular, e esse grau de defasagem terá que ser ajustado. Passa-se, então, de um momento de organização social para outro.” (p. 16).

Para Santos (1977), inspirando-se em Emilio Sereni, a *formação espacial* comprova a unidade da continuidade e descontinuidade do processo histórico da *formação social*. A defasagem a que se referiu Abreu, na citação anterior, foi aludida por Santos apontando que é por ela que os modos de produção determinam seus vetores (econômicos, políticos e ideológicos) sobre os segmentos de espaço que responde pelas idades diversas dos elementos ou variáveis nele presentes. Logo, o autor permite reter que a assincronia se encontra na base do movimento do espaço (sua evolução) e que, devido variáveis agirem de modo sincrônico (combinado) em uma organização, assegura-se que o espaço tenha continuidade. Quanto à unidade enunciada nas duas primeiras linhas deste parágrafo, Santos afirma que só pode se realizar “no” espaço e “pelo” espaço. O modo como o espaço está organizado condiciona a evolução da *formação social*.

Em tempos mais recentes, Sposito (2004) denuncia que o conceito de *formação socioespacial*, apresentado por Santos, não teve certa propagação na Geografia. Nas duas décadas que se seguiram àquela da publicação do texto, ele tomou outro caminho que, não se opondo totalmente ao seu pensamento, permitiu que se afastasse daquelas reflexões, superando-as com outras.

3 O PROCESSO OCORRIDO NOS ANOS 1950 E SEUS EFEITOS EM MORFOLOGIA URBANA ATUAL NA PORÇÃO CENTRO-NORTE DE OLINDA

O desenvolvimento da cidade de Olinda, em seu próprio território municipal, não ocorre com veemência a partir de seu próprio núcleo, pois isso foi quase inexpressivo ao longo de sua história. Isto, como já enfocado anteriormente, dar-se-á com a expansão do Recife. O crescimento do Recife, por sua vez, foi considerado como aquele que se deu de

maneira rápida e violenta, a partir da segunda metade da década de 1940, sendo atributo de descontrole e caos, devido ao fenômeno da migração interiorana que extrapolou aquela de Pernambuco (PR, 1962).

Em 1950, a população absoluta de Olinda registrou um quantitativo de 62.435 habitantes, indicando, entre 1940/1950, um crescimento populacional de 70,07%. Mas, documento indica que o transbordamento de Recife para o município olindense se manifestou mesmo na década de 1950. Na verdade, corroborando com essa assertiva, neste decênio registrar-se-á 109.953 habitantes, ou seja, um incremento de 76,11%, entre 1950/1960 (SOUZA, 2011).

Os acontecimentos que se seguiram no Recife, no contexto da formação sócio-espacial brasileira, muito provavelmente estiveram atrelados ao que declarou Fernandes (2006, p. 298) apontando que “a economia brasileira se relacionou com a expansão do capitalismo monopolista segundo a forma típica que ela assumiu com referência à parte mais pobre, dependente e subdesenvolvida da periferia.” (FERNANDES, 2006, p. 298).

Ao considerar a classificação realizada por Abreu (2008), no que toca a momentos de organização social da formação brasileira, a década de 1950 se inseriu naquele iniciado em 1930, com a República Nova, indo até 1964, com o início da Ditadura Militar. O autor sugere uma subdivisão para esse período que o compreende constituído por três fases: na primeira não haveria grupo nem classe dominante (1930-1939); aquela da II Guerra Mundial na qual a burguesia industrial se sobressai, nacionalmente (1939-1945); e a marcada pela consistência do destaque da referida burguesia ao se unir com a burguesia financeira (1945 a 1964) (p. 94).

É na terceira fase desse momento de organização social, como se pode constatar, que a escala temporal deste trabalho (a década de 1950) se localiza. Compreendeu da gestão do último mês de mandato do Presidente Eurico Gaspar Dutra (31/01/1946 a 31/01/1951), passando por aquela de Getúlio Vargas (31/01/1951 a 24/08/1954), Café Filho (24/08/1954 a 08/11/1955), a interinidade de Carlos Luz (08 a 11/11/1955), Nereu Ramos (11/11/1955 a 31/01/1956) e Juscelino Kubitschek (31/01/1956 a 31/01/1961).

A década de 1950 se inicia, em Olinda, com a presença de grupos industriais dominando propriedades históricas, como as terras do Forno da Cal (da empresa Novas Indústrias Olinda S/A - Novolinda, desde 1944) e a do Frágoso (da Companhia Indústrias Reunidas Olinda, CIRO, a partir de 1951), alcançando a porção centro-norte do município. É no primeiro ano do decênio que, de igual modo, outro grupo congênere se instalará como proprietário (a empresa Ciro) de outra porção considerável, grosso modo na área leste-norte, se encontrando adjacente àquela do Forno da Cal. Ainda no mesmo decênio, insere-se no município a empresa imobiliária Sociedade de Imóveis e Representações Limitada (Sirel), ao adquirir a propriedade Bondade, localizada no extremo oeste do território (SOUZA, 2011).

Em 1951, apareceram as primeiras concepções de planejamento para o Recife metropolitano. Dois anos após a instalação da Ciro, em 1953, devido à descoberta de fosfato, os dois grupos representados por essa empresa e a Novolinda, se uniram e instituíram a Fosforita Olinda S/A (Fasa), para explorar o minério por cinco décadas. Para tanto, submeteram-se, previamente, à autorização da solicitação de consentimento de direito de pesquisa das jazidas e aos decretos que autorizariam tais lavras, publicados pelo

Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), ligado à estrutura jurídico-política (institucional) da formação socioespacial brasileira.

A primeira metade da década de 1950, pelo que se apreendeu com os documentos acessados, representados por legislações, houve, em vários espaços urbanos e suburbanos do município, a atuação do poder público local com pavimentações, implantações de chafarizes, banheiros públicos, iluminação pública, extensão de serviços de água, galerias para escoamento de água etc.

Em nível de Brasil vivenciava-se, desde a década de 1930, o modelo de desenvolvimento econômico (o desenvolvimentismo) que se destacará com JK (1956-1961). A partir de meados da década de 1950, dá-se a disponibilidade do capital americano, quando da finalização dos acordos com a reconstrução europeia (LOPEZ, 1997). Como resposta a essa conjuntura, percebe-se que “desde a sua concepção, o Plano [de Metas] produziu diversos impactos sócio-econômicos e espaciais sobre o território nacional.” (SCHMIDT; FARRET, 1986, p. 19).

Com o objetivo de que o Brasil crescesse 50 anos em apenas 5, o governo JK estabeleceu o Plano de Metas. Dentre as mais de três dezenas delas se encontravam as da “alimentação” (metas 13 a 18). Estas e as demais se inseriam no contexto de uma gestão sob a concepção empresarial e desenvolvimentista. O alcance de êxitos no setor “alimentação”, em nível do país, portanto, deveria se atrelar a melhorias da produção do setor agrícola, adicionando às lavouras adubos necessários.

Em nível internacional, vivenciava-se o modelo econômico fordista, sendo o sustentáculo da ideologia desenvolvimentista em que se estruturou o Plano de Metas. De acordo com Souza (2013), princípios do modelo econômico desenvolvimentista podem ser realçados no ideal desenvolvimentista (vinculado às ideias da Comissão Econômica para a América Latina - Cepal, ao seguir o modelo de substituição de importações); o planejamento estatal (ligado à centralização do planejamento, pela qual a intervenção se baseava na racionalidade técnico-burocrática do Estado sob o fordismo); e a gestão do território (correspondendo às estratégias imbuídas na industrialização com a integração territorial do país).

Naquele momento, a expansão do urbano sobre aquelas áreas de lavras de fosfato no município olindense, seria uma contradição do espaço, sob o ponto de vista do objetivo da política nacional. Isso culminou, aí, com o retardamento da produção de loteamentos e, ao mesmo tempo, garantiria, para outra ocasião, a eclosão de movimentos sociais dos trabalhadores da terra, instalados nessa área de produção, revelando relações de produção diversas sobre um mesmo espaço.

A empresa Fasa manteria certa tática para com o espaço que não negava as pretensões dos capitalistas no território olindense: primeiro extrairiam o produto das lavras e, em segundo lugar, preparariam o terreno para a produção do loteamento (se estivesse na área de extração do minério), como aconteceria em outro momento com a chegada dos militares ao poder.

Mas, enquanto isso, a relação da empresa com a política de JK, no final da década de 1950, permitiu um maior alcance da produção da Fasa, passando da escala regional para a nacional e funcionaria até o final da década seguinte quando aquele outro momento de organização social no Brasil (a partir de 1964) mudaria os rumos das empresas, retomando

a função imobiliária, exprimindo uma nova forma-conteúdo a essa porção do município, sob os governos militares, em detrimento de estabelecimentos agrícolas.

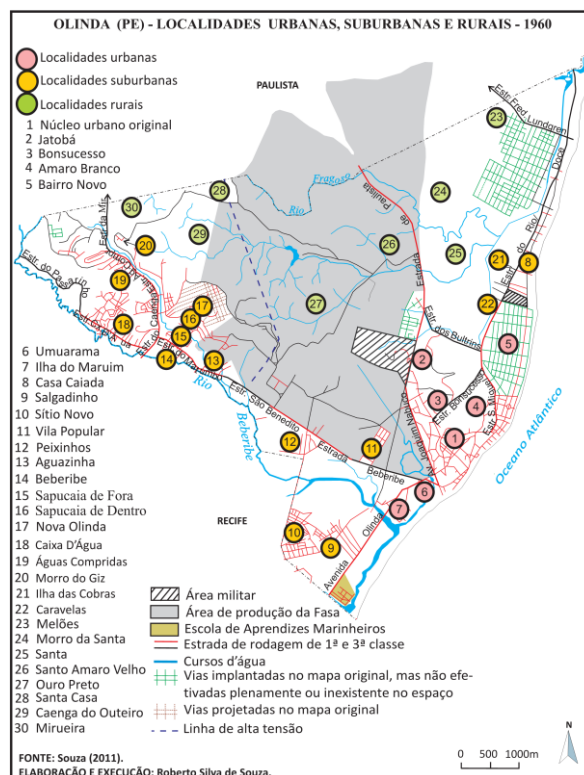
Em agosto de 1957, a Usina Grande da Fasa entrou em funcionamento. Para tanto, seu plano foi idealizado por uma empresa americana especializada. Com o já estabelecimento do serviço da Usina de Paulo Afonso, ela passaria a dispor da energia daí proveniente e se projeta para atender aos reclamos do desenvolvimento da agricultura moderna (SOUZA, 2013). Na verdade, esse momento da formação social brasileira mostrava transformações no campo, na década de 1950, e no contexto da integração monopolista-financeira, unirá a “[...] evolução desigual-diferenciada do processo de acumulação primitiva, arrumando os capitais então organizados num parâmetro tipicamente molecularizado, face o seu berço plantacionista, num todo unificado.” (MOREIRA, 2012, p. 126).

Em todo o decênio de 1950, o hiato espacial vivenciado pela não consolidação de parcelamentos se perpetuará na porção central do território municipal. Este movimento do espaço colaboraria para a composição da *História da Cidade*, na referida década, reveladora de processos sociais que aí ocorreriam materializados na "história da propriedade, da especulação, da habitação, do urbanismo" (ABREU, 2011, p. 32) etc.

Cada evento que ocorreu no município, na direção da expansão do urbano sobre a área rural, contou com seus respectivos agentes. Portanto, a concretização do empreendimento Fasa favoreceu a ideologia desenvolvimentista do Governo Federal, ao divulgar o cumprimento de uma de suas “metas”, previstas no Plano Nacional de Desenvolvimento, porém aparece como um agente que bloqueia a expansão do urbano, em certo momento da história de evolução da cidade, em porção do território municipal.

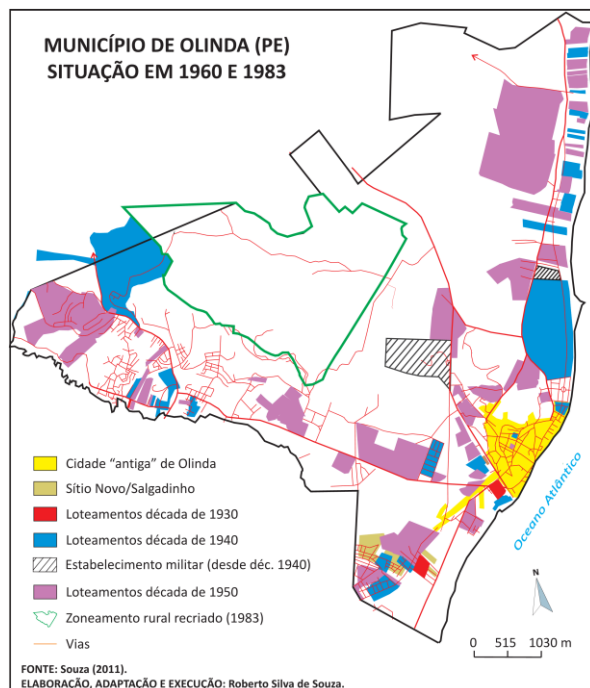
Em meados do último ano da década de 1950, quando a atividade da empresa Fasa sugeria melhor desempenho, já havia quase três anos, a municipalidade olindense delimitou zoneamentos no território municipal (PMO, 1960) constituindo os quadros “Urbano”, “Suburbano” e o “Rural”. Pela Figura, ao lado, observam-se localidades classificadas por tais quadros, permitindo constatar a posição de cada uma delas e o espaço de produção da Fasa.

A década de 1950 representou o maior quantitativo de loteamentos aprovados pelo poder público local no município, desde a década de 1930 até 2006. Foram 78 unidades com dimensões diversas de glebas que transformariam grande parte do uso do solo do território de rural para urbano, promovido por vários agentes. Vale frisar que os preços



variavam conforme a localização do parcelamento no município, bem como daquela do lote no parcelamento, conforme verificado em documentos da época (SOUZA, 2011).

Devido ao processo sucedido na década de 1950, em meados da primeira metade da década de 1980 o poder público municipal recriará um zoneamento rural no município,



cujo uso do solo, ligada "oficialmente" à atividade do campo, foi abolido no início da década de 1970, na instituição da RMR. A Figura (ao lado) revela a situação do território municipal no último ano da década de 1950, isto é, 1960, e a localização do zoneamento rural.

Esse fato do zoneamento rural levou à constatação de especificidade da morfologia urbana olindense atual, pois novos agentes passaram a se apropriar dessa porção centro-norte do município legando-lhe novos conteúdos sociais, em detrimento daquele legado pelos trabalhadores da terra, com seus estabelecimentos agrícolas. Desse modo, surgiram certos "condomínios" (pequenas áreas), casas luxuosas com piscinas ou sem

esse equipamento (pontuais), além de outras possibilidades como autoconstruções por pessoas de baixa renda, configurando-se os "loteamentos clandestinos".

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pelo que se observou com o desenvolvimento deste trabalho, apenas a partir da década de 1940 que a cidade de Olinda começa a se expandir fisicamente, mas sendo muito mais estimulada por processos metropolitanos do que por intermédio de fenômenos advindos do próprio núcleo.

Nesse período, o território municipal ainda contava com porções de propriedades fundiárias que traziam em seus históricos fatos ocorridos no período colonial, imperial e do começo daquele republicano. Ele registrara a presença de relações de trabalho escravo e também daquelas estabelecidas por outras, como as dos posseiros, foreiros etc., que criavam formas espaciais ligadas às atividades rurais. A sede municipal - a cidade de Olinda - apresentava tipologias residenciais não muito diversificadas daquelas que apareceriam, mais tarde, no processo de metropolização, responsável pelas transformações da paisagem rural olindense e de seu conteúdo social, a considerar, também, novas possibilidades trazidas pelo avanço das técnicas construtivas.

A origem disso se estabeleceu quando agentes sociais ligados à produção imobiliária passaram a se apropriar de terras, com vistas em transformá-las em espaço urbano. Desse modo, para que isso viesse a ocorrer, seriam implantadas novas atividades econômicas, estabelecimento de políticas que imprimiriam, juridicamente, regulamentos à área rural

olindense, suprimindo-a, sob novas ideologias que deveriam assegurar a adaptação dos indivíduos à transformação do uso do solo.

Como visto, a década de 1950, foi um dado importante para a história da área rural olindense porque amainou, na porção centro-norte, a produção do urbano, no município de Olinda. Isso porque o quadro próprio do município o fez estar vinculado à política do Governo Federal e a certo aspecto da ideologia desenvolvimentista, no contexto do Brasil, estimulando uma atividade econômica de exploração do subsolo.

Assim sendo, para responder a questão que encaminhou a pesquisa, pode-se dizer que o processo ocorrido na década de 1950 surtiu efeitos na morfologia urbana atual em parte do território municipal olindense porque desencadeou novos processos nas décadas seguintes, mas que - acredita-se - só foram possíveis devido ao momento de organização social vivenciado na formação espacial brasileira que interferiu no modo de evolução do urbano sobre o rural.

REFERÊNCIAS

ABREU, Maurício de Almeida. **Evolução urbana do Rio de Janeiro**. 4. ed. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro; Secretaria Municipal da Casa Civil; Instituto Pereira Passos, 2008.

_____. Sobre a memória das cidades. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Orgs.). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2011.

A LIGA Social Contra o Mocambo. PLANTA/PROJETO - 1938 - Recife - Pernambuco. Biblioteca: **Arquivo Público Estadual Jordão Emereciano - Pernambuco**. Editora: Revista SSCM. Tipo: Projeto. Cidade Objeto: Recife - Pernambuco. Disponível em: <<http://www.urbanismobr.org/bd/documentos.php?id=156>>. Acesso em: 13 jan. 2017.

AMÉRICA do Sul. "**Mapa político**". Disponível em: <<http://mapastocolando.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 14 set. 2016.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Recife: problemática de uma metrópole de região subdesenvolvida**. Recife: Universitária, 1979.

_____. **Pernambuco imortal: evolução histórica e social de Pernambuco**. Recife: CEPE, 1997.

_____. **Geografia Econômica**. 12. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

BONDUKI, Nabil. **Os pioneiros da habitação social no Brasil**. São Paulo: Editora UNESP: Edições SESC, 2014. V. 1

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. 5. ed. São Paulo: Globo, 2006.

FIDEM. Fundação de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Recife. **Mapa Planimétrico da RMR**. Governo do Estado de Pernambuco. Secretaria de Planejamento, 1995. 1 Mapa p & b, 1,0 m X 0,63m. Escala: 1:100.000.

GOMES, Edvânia Tôrres Aguiar. **Recortes de paisagens na cidade do Recife**: uma abordagem geográfica. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Massangana, 2007.

GOMES, Rita de Cássia da Conceição. *As oligarquias e a produção do território no estado do Rio Grande do Norte*. In: DINIZ, José Alexandre Felizola; FRANÇA, Vera Lúcia Alves (Orgs.). Capítulos de geografia nordestina. Aracaju: NPGeo/UFS, 1998. (p. 435-468).

GOOGLE EARTH. Imagens de satélite, de 31 de julho de 2016. Programa de computador desenvolvido e distribuído pela empresa americana Google, 2016. Acesso em: jan. 2017.

GORENDER, Jacob. Apresentação. In: MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. Trad. Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. Vol. 1, Livro 1 (O processo de produção do capital). São Paulo: Nova Cultural, 1996. p. 5-66.

HARNECKER, Marta. **Os conceitos elementares do materialismo histórico**. [sem tradutor]. São Paulo: Global Editora, 1981 [1969]. (Coleção Bases, 36).

IBGE. **Censo Demográfico**, 1920 e 1940.

_____. **Censo Demográfico**, 2010. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=260960&search=pernambuco>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

_____. **Área da unidade territorial 2015 (km²)**. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/uf.php?lang=&coduf=26&search=pernambuco>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

_____. **Olinda**: população estimada 2016. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=260960&search=pernambuco|olinda>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

LOPEZ, Luiz Roberto. **História do Brasil contemporâneo**. 8. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997 (Revisão, 3).

MAMIGONIAN, Armen. A geografia e “a formação social como teoria e como método”. In: SOUZA, Maria Adélia Aparecida de. (Org.). **O mundo do cidadão, um cidadão do mundo**. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 198-206.

MARX, Karl. **O Dezoito Brumário de Louis Bonaparte**. Trad. Sílvio Donizete Chagas. 6. ed. São Paulo: Centauro, 2008.

MESORREGIÃO Metropolitana do Recife. **Mapa**. Disponível em: <<http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=625278&page=22>>. Acesso em: 14 set. 2016.

MOREIRA, Ruy. **Formação espacial brasileira**: uma contribuição crítica à geografia do Brasil. Rio de Janeiro: Consequência, 2012.

PMO. Lei nº 1822, de 08 de junho de 1960. Estabelece os quadros urbano, suburbano e rural do Município de Olinda. **Prefeitura Municipal de Olinda**, Olinda, 1960.

PONTUAL, Virgínia. **Uma cidade e dois prefeitos**: narrativas do Recife nas décadas de 1930 a 1950. Recife: EDUFPE, 2001.

PR. Prefeitura do Recife. **Política de Desenvolvimento do Recife Metropolitano**. Recife, v.1 e 3, 1962.

SANTOS, Milton. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. Trad. Maria Encarnação Vasquez Beltrão. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 54, p.81-99, jun. 1977.

SCHMIDT, Benício Viero; FARRET, Ricardo L. **A questão urbana**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1986 (Coleção Brasil: os anos de autoritarismo).

SINGER, Paul. **Desenvolvimento econômico e evolução urbana**. São Paulo: Nacional, 1974.

SOUZA, Roberto Silva de. **Território municipal de Olinda (PE)**: parcelamento do solo e diversidade dos espaços urbanos na Região Metropolitana do Recife. Recife, 2011. 347 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Geografia, Universidade Federal de Pernambuco.

_____. A Fosforita Olinda S/A (FASA) e sua vinculação com o período desenvolvimentista no Brasil (1953-1983). **Okara: Geografia em debate**. V. 7, n. 1, 2013. Disponível em: <<http://www.okara.ufpb.br/ojs/index.php/okara/article/view/14013/9134>>.

SPOSITO, Maria encarnação Beltrão. **O chão em pedaços**: urbanização, economia e cidades no estado de São Paulo. Presidente Prudente, 2004. 502 f. Tese (Livre Docência) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista.